

A ÚNICA ECONOMIA POSSÍVEL¹

István Mészáros²

RESUMO: Apesar de representar um grande avanço sobre os modos de produção anteriores – ao instituir a relação mercantil como fundamento do processo produtivo e liberar os entraves ao crescimento da riqueza social – o capitalismo vem progressivamente manifestando sua lógica deletéria. É inegável que esta disjunção básica entre as necessidades humanas e as necessidades de reprodução do capital foi o elemento responsável pela incrível expansão do sistema capitalista nos primeiros séculos de sua afirmação; porém, com a consolidação mundial definitiva do sistema, ocorrida a partir de nossa época, os indícios da insustentabilidade desta lógica predatória são inequívocos, instaurando o impasse histórico entre a possível destruição da própria sociedade humana (se mantidas as contradições intrínsecas à ordem estabelecida) ou o estabelecimento de uma economia racional fundada na satisfação das necessidades genuinamente humanas. Em oposição à produção destrutiva do capital, esta seria a única economia realmente viável.

Palavras-chave: Capitalismo; Produção destrutiva; Necessidades humanas; Transformação socialista.

ABSTRACT: Mentioning Capitalism, even though it represents a great advance over the previous forms of production - when it established the mercantile system as the foundation of the productive process, and liberated the blockades undermining the social wealth - capitalism has been showing its deleterious logic. It is undeniable that this basic dysfunction between human needs, and the needs for reproducing capital, became the responsible element in this incredible expansion of the capitalism system in the first years of its confirmation. But, with the worldly and definite consolidation of the system, that has happened from our times on, the clues from its lack of support for this predatory logic are explicit: they initiate the historical impasse between the possible destruction of the human society itself (as long as the contradictions inherent to the establish order are maintained) or the establishment of a rational economy founded on satisfying the genuine human needs, In opposition to the destructive production of capital, this could be the only doable economy,

Keywords: Capitalism; Destructive production; Human needs; Socialist transformation.

1

No passado o modo de produção capitalista representou um grande avanço sobre todos os modos de produção precedentes, por mais problemático e na verdade destrutivo que este avanço histórico viesse a se tornar – e tinha que acabar se tornando. Ao *romper* o antigo, porém, limitante vínculo direto entre uso humano e produção, substituindo-o pela *relação mercantil*, o capital despertou possibilidades ocultas de *expansão* aparentemente irresistíveis para as quais – do ponto de vista do sistema do capital e de

¹ Artigo publicado na *Monthly Review*, Volume 58, Number 11, April 2007. Traduzido por Geraldo Magella Neres.

² Professor de Filosofia da Universidade de Sussex, Grã Bretanha.

suas personificações – não poderia haver limites concebíveis. Pois a paradoxal e em última instância insustentável determinação intrínseca do sistema produtivo do capital é que os seus produtos mercantilizados “*não são valores de uso para os seus proprietários e são valores de uso para os seus não-proprietários. Consequentemente, todos eles devem mudar de mãos...* Portanto, as mercadorias devem necessariamente ser realizadas como valores *antes que possam ser realizadas como valores de uso*”.³

Esta autocontraditória determinação interna do sistema, que impõe a submissão brutal das necessidades humanas às necessidades alienantes de expansão do capital, é o que impede a possibilidade do controle racional completo deste dinâmico sistema produtivo. O que acarreta perigosas e potencialmente catastróficas consequências em longo prazo, transformando finalmente este grande *poder positivo* de desenvolvimento econômico, inimaginável em tempos precedentes, numa *devastadora negatividade* sob a ausência do necessário controle reprodutivo.

O que é sistematicamente ignorado – e deve ser ignorado, devido aos inalteráveis imperativos fetichistas e aos interesses do próprio sistema do capital – é o fato inevitável de que vivemos num *mundo finito* com seus literais *limites objetivos* vitais. Por longo tempo na história humana, incluindo vários séculos de desenvolvimento capitalista, estes limites puderam ser – e de fato foram – ignorados com relativa segurança. Porém, uma vez que começam a se manifestar, como deve ocorrer enfaticamente em nossa irreversível época histórica, nenhum sistema produtivo irracional e predatório, não importa quão dinâmico (ou seja, quanto mais dinâmico pior), pode escapar às consequências. Pode-se apenas negligenciá-las por algum tempo através da própria reorientação rumo a uma rígida justificação do mais ou menos aberto imperativo destrutivo da autopreservação do sistema a todo custo. Isso se faz difundindo a visão do “não há alternativa”, com este espírito ignorando e, sempre que necessário, suprimindo brutalmente mesmo os mais óbvios sinais de advertência que prenunciam o futuro insustentável.

A falsa teorização é a consequência necessária desta determinação estrutural objetiva desequilibrada e da dominação do valor de uso pelo valor de troca, não só sob as mais absurdas e cegas condições do capitalismo contemporâneo, mas também no período clássico da economia política burguesa, na época de ascensão histórica do sistema do capital. Isto ocorre porque sob o domínio do capital uma produção

³ Karl Marx, *Capital*, vol. 1 (Penguin Classics, 1992), 85.

ficticiamente ilimitada deve ser perseguida a todo custo, bem como justificada teoricamente como a única recomendável. Esta perseguição é imperativa mesmo não havendo garantia de que: 1) a “mudança de mãos” requerida e sustentável das mercadorias fornecidas realmente ocorrerá no mercado idealizado (graças à misteriosa “mão invisível” de Adam Smith); e 2) que as condições materiais objetivas para produzir a oferta ilimitada – e humanamente ilimitável, desde que em sua determinação primária prevalece o divórcio entre necessidade e uso – de mercadorias possa ser *assegurada para sempre*, independente do impacto destrutivo do modo de reprodução social metabólico do capital sobre a natureza.

A adequação ideal do mercado para retificar o defeito estrutural inalterável indicado acima no ponto 1 são *reflexões posteriores gratuitas*, que trazem consigo muitas suposições arbitrárias e projeções reguladoras impossíveis de serem cumpridas. A sóbria realidade subjacente ao mercado, como cura para estas reflexões posteriores, é um conjunto de relações de poder insuperavelmente adversas, tendentes à dominação monopolista e à intensificação dos antagonismos do sistema. Da mesma forma, o grave defeito estrutural de perseguir a expansão ilimitada do capital – idealizando o “crescimento” como um fim em si mesmo – como destacado acima no ponto 2, é complementado por uma igualmente *fictícia reflexão posterior* quando tem que ser admitido que algum remédio possa ser recomendável. E o remédio então projetado – como uma alternativa ao colapso do sistema dentro da irremediável negatividade do fatal “estado estacionário” teorizado pela economia burguesa no século XIX – é simplesmente a defesa generosa de tornar a *distribuição* “mais equitativa” (e, por isto, menos conflitiva), enquanto se deixa o sistema de produção tal como está. Esta proposta, mesmo se pudesse ser implantada – mas é evidente que não pode ser devido às fundamentais determinações hierárquico-estruturais da própria ordem do capital – não poderia resolver nenhum dos graves problemas de *produção* sobre os quais *também* se erguem as contradições insuperáveis do capital e do seu incurável sistema de *distribuição*.

Um dos principais representantes do pensamento liberal, John Stuart Mill, é tão sincero em sua preocupação com o “estado estacionário” do futuro, como irremediavelmente irrealista no remédio que propõe para este. Pois ele pode apenas oferecer vagas esperanças em sua discussão deste problema, que aparece como absolutamente inabordável do ponto de vista do capital. Ele escreve que “Eu espero sinceramente, para o bem da posteridade, que eles ficarão *satisfeitos em estarem*

estacionários muito antes de serem obrigados a isto pela necessidade”.⁴ Deste modo, o discurso de Mill não passa de uma pregação paternalista, pois só pode reconhecer, em sintonia com a sua aceitação do diagnóstico malthusiano, as dificuldades oriundas do crescimento populacional, mas nenhuma das contradições da ordem reprodutiva do capital. Sua autocomplacência burguesa é claramente visível, destituindo sua análise e intenção paternalista de reforma de toda substância. Mill afirma peremptoriamente que “É apenas nos *países atrasados do mundo* que o aumento da produção ainda é importante: naqueles mais avançados, o que é economicamente necessário é uma *melhor distribuição*, para a qual o meio indispensável é um *estrito controle da população*”.⁵ Mesmo a sua ideia de “melhor distribuição” é irremediavelmente irrealista. Pois o que Mill possivelmente não pode reconhecer (ou admitir) é que o aspecto de importância fundamental da distribuição é a intocável repartição exclusiva dos meios de produção entre a classe capitalista. Compreensivelmente, portanto, sobre tal premissa operacional da ordem social prevalece sempre um sentimento paternalista de superioridade no sentido de que não se pode esperar qualquer solução “até que *as melhores mentes* tenham êxito em educar os outros”,⁶ de modo que aceitem o controle populacional e uma “melhor distribuição” que supostamente decorreria disto. Assim, o povo deveria esquecer tudo acerca de mudar as destrutivas determinações estruturais da ordem social metabólica estabelecida, que inexoravelmente conduz a sociedade em direção a um estado estacionário estagnado. No discurso de Mill, a utopia do milênio, com o seu *estado estacionário sustentável*, surgiria graças aos bons serviços das iluminadas “melhores mentes” liberais. E então, tanto quanto concerne às determinações estruturais da ordem social reprodutiva estabelecida, tudo continuará para sempre como antes.

Tudo isto faz algum sentido do ponto de vista do capital, por mais problemático e insustentável que este sentido acabasse por se mostrar, devido ao dramático início e cruel aprofundamento da crise estrutural do sistema. Mas mesmo o sentido parcial de algumas proposições esperançosas não será relacionado ao movimento político reformista que afirmava representar os interesses estratégicos do trabalho. Apesar disto, o movimento reformista socialdemocrático inicialmente se inspirava nestas reflexões a

⁴ John Stuart Mill, *Principles of Political Economy* (Prometheus Books, 2004), 751.

⁵ Mill, *Principles*, 749.

⁶ *Ibidem*.

posteriori da economia política liberal, ainda que no início fossem genuinamente mantidas. Assim, devido à lógica interna das premissas sociais adotadas, que emanavam da ótica do capital e de seus interesses adquiridos como controlador imutável do metabolismo reprodutivo, no mínimo não seria surpreendente que o reformismo socialdemocrático completasse seu curso de desenvolvimento da forma que realmente o fez: transformando-se no “New Labour” (na Grã-Bretanha e seus equivalentes em outros países) e abandonando completamente qualquer preocupação mesmo com a mais limitada reforma da ordem social estabelecida. Ao mesmo tempo, em lugar do liberalismo genuíno, nesta fase histórica surgiram as mais selvagens e desumanas variedades de *neoliberalismo*, apagando a memória dos remédios sociais apregoados outrora – incluindo até as esperançosas soluções paternalistas – do passado progressista do credo liberal. E como uma amarga ironia do desenvolvimento histórico contemporâneo, os antigos movimentos reformistas socialdemocratas do tipo “New Labour” instalados no governo – não só na Grã-Bretanha, mas em todos os lugares do “avançado” e não tão avançado mundo capitalista – não hesitaram em identificar-se sem reservas com a fase neoliberal agressiva dos apologistas do capital. Esta transformação capitulatória marcou claramente o fim da via reformista que já se mostrava um beco sem saída desde o início.

2

A fim de criar uma ordem social reprodutiva economicamente viável, e também historicamente sustentável em longo prazo, é necessário alterar radicalmente as determinações autocontraditórias intrínsecas à ordem estabelecida, que impõe a implacável submissão das necessidades humanas e de uso à necessidade alienante de expansão do capital. Isto significa que a precondição absurda do sistema produtivo dominante – por meio do qual os valores de uso, através de determinações de propriedade predeterminadas e totalmente iníquas, devam ser separados e opostos àqueles que os criam, para que produzam e legitimem circularmente/arbitrariamente a auto-realização ampliada do capital – tem que ser definitivamente relegada ao passado. Do contrário, o único significado viável de *economia* como utilização racional (*economizing*) dos recursos disponíveis e necessariamente finitos não pode ser instituído e respeitado como um princípio de orientação vital. Ao invés disto, a *dilapidação* domina a ordem socioeconômica – e a correspondente ordem política – do capital, que invariavelmente reafirma-se como *irresponsabilidade institucionalizada*, não obstante

sua mitologia própria de “eficiência” absolutamente insuperável (para não haver dúvida, o tipo de “eficiência” glorificada desta maneira é de fato, em última instância, a eficiência autosolapadora do capital em conduzir cegamente as *partes* adversas/conflitivas ao custo incorrigível do *todo*). Compreensivelmente, portanto, as fantasias habilmente produzidas pelos governos de um “socialismo de mercado” tinham que fracassar na forma de um colapso humilhante, devido à aceitação de tais pressupostos e determinações estruturais capitalisticamente insuperáveis.

A concepção agora dominante de economia, que se mostra totalmente incapaz de estabelecer limites mesmo para os mais graves desperdícios, em nossa época numa *escala verdadeiramente planetária*, só pode operar através de *tautologias* autojustificadoras e arbitrariamente pré-fabricadas, bem como por *falsas oposições* e *pseudoalternativas*, rejeitadas simultaneamente, concebidas para o mesmo propósito de autojustificação do injustificável. Como uma grosseira – e perigosamente infectante – tautologia, nos é oferecida a definição arbitrária de *produtividade como crescimento*, e *crescimento como produtividade*, embora ambos os termos exijam por si próprios uma avaliação historicamente qualificada e objetivamente sustentável.

Naturalmente, a razão do porque a óbvia falácia tautológica é preferível à necessária avaliação teórica e prática adequadas, é que ao decretar arbitrariamente a *identidade* destas duas expressões-chave de referência do sistema do capital a *validade autoevidente* e a *superioridade atemporal* de uma ordem social reprodutiva extremamente problemática – e em última análise até autodestrutiva – deveria parecer não só plausível como também absolutamente inquestionável. Ao mesmo tempo, a arbitrariamente decretada *identidade tautológica* de crescimento e produtividade é sustentada pela igualmente arbitrária e autojustificadora falsa alternativa entre “*crescimento ou não crescimento*”. Além disto, esta última é automaticamente prejudgada em favor do “*crescimento*” definido e postulado capitalisticamente. Ela é projetada e definida através de quantificação fetichista, como via adequada de *pressupostos eternos*, como autoglorificante *sinônimo do próprio crescimento*, nada mais específico e humanamente significativo do que a generalidade abstrata da *expansão de capital* ampliada como a *precondição* elementar para a satisfação das necessidades humanas e de uso.

É aqui que se trai a si mesmo o divórcio incorrigível entre o crescimento capitalista e as necessidades humanas e de uso – na verdade, sua potencialmente mais devastadora e destrutiva *contraposição* às necessidades humanas. Uma vez que as

mistificações fetichistas e postulados arbitrários que estão na raiz da categoricamente decretada falsa identidade de *crescimento e produtividade* são descartados, torna-se evidentemente claro que o tipo de crescimento postulado e ao mesmo tempo isentado de todo exame crítico não está de modo algum inerentemente conectado a objetivos sustentáveis correspondentes às necessidades humanas. A única conexão que deve ser afirmada e defendida a todo custo no universo metabólico social do capital é a *falsa identidade* da – aprioristicamente pressuposta – *expansão do capital* e do circularmente correspondente (mas, na verdade, também aprioristicamente pressuposto) “crescimento”, sejam quais forem as consequências impostas sobre a natureza e a humanidade até pelo mais destrutivo tipo de crescimento. Pois a preocupação real do capital só pode ser a sua própria *eterna expansão ampliada*, mesmo se isto trazer consigo a destruição da humanidade.

Nesta visão, mesmo o mais letal *crescimento canceroso* deve preservar o seu primado conceitual sobre (contra) as necessidades humanas e de uso, se por acaso as necessidades humanas forem consideradas. E quando os apologistas do sistema do capital querem considerar *The Limits of Growth*⁷ - como fez o “Clube de Roma” em sua iniciativa de apologia do capital amplamente propagandeada no início da década de 1970, o objetivo inevitavelmente continua sendo a *eternização das graves desigualdades existentes*⁸ mediante o fictício (e quixotesco) congelamento da produção global capitalista num nível totalmente insustentável, culpando primariamente o “crescimento populacional” (como costumeiro na economia política burguesa desde Malthus) pelos problemas existentes. Em comparação com estes “intentos de cura” insensíveis e hipócritas, que se pretendem retoricamente preocupados com nada menos do que “a Situação da Humanidade”, a pregação paternalista de Mill, anteriormente citada, com sua genuína defesa de uma distribuição mais equitativa do que aquela que lhe era familiar, aparece como o paradigma do iluminismo radical.

A característica falsa alternativa autojustificadora de “crescimento ou não crescimento” é evidente mesmo se considerarmos apenas o que seria o impacto inevitável do proposto “não crescimento” sobre as graves condições de desigualdade e

⁷ Para citar este livro com o seu título completo e absolutamente pretensioso, conferir: Donella H. Meadows, et al., *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome Project on the Predicament of Mankind* (London : Earth Island Limited, 1972).

⁸ De forma reveladora, a principal figura teórica por trás desta iniciativa “limitadora do crescimento”, foi o Prof. Jay Forrester, do MIT, que desdenhosamente descartou toda preocupação com a igualdade como mera “superstição igualitária”. Ver sua entrevista no *Le Monde* de 1º de Agosto de 1972.

de sofrimento na ordem social do capital. Isto significaria a *condenação permanente* da esmagadora maioria da humanidade às condições desumanas a que ela agora está sendo forçada a suportar. Pois ela é agora forçada, num sentido literal, a suportá-las aos milhares de milhões, quando poderia ser *criada* uma alternativa real para ela. Ou seja, quando seria perfeitamente factível retificar pelo menos os piores efeitos da privação global direcionando para o uso humanamente recomendável e recompensador o *potencial* de produtividade já alcançado, num mundo cujos recursos materiais e humanos são agora criminosamente desperdiçados.

3

Na verdade, só podemos falar do positivo *potencial de produtividade*, e não do existente na realidade, como frequentemente mencionado com boas intenções coloridas de verde, mas com ilusões desmesuradas, por antiquados reformadores a asseverarem de modo anelante que poderíamos fazer o “correto já”, com os poderes produtivos à nossa disposição hoje, se realmente assim decidíssemos. Infelizmente, contudo, esta concepção ignora completamente o modo como o nosso sistema produtivo está presentemente articulado, exigindo no futuro uma rearticulação radical. Pois a produtividade vinculada ao crescimento *capitalista*, na forma da agora dominante realidade da *produção destrutiva*, é um de seus maiores adversários proibitivos. Para direcionar a potencialidade positiva do desenvolvimento produtivo para uma realidade muito mais necessária, de modo que possa retificar muitas das gritantes desigualdades e injustiças da sociedade existente, seria necessário adotar os *princípios regulativos* de uma ordem social *qualitativamente diferente*. Em outras palavras, o atual destrutivamente negado *potencial de produtividade* da humanidade deveria ser libertado de seu invólucro capitalista para converte-se em *poder produtivo* socialmente viável.

A quixotesca defesa de congelamento da produção ao nível alcançado no início da década de 1970 era uma tentativa de camuflar, com um vago modelo pseudocientífico criado no Massachusetts Institute of Technology, a brutal imposição das relações reais de poder do imperialismo do pós-guerra dominado pelos EUA. Naturalmente, esta variedade de imperialismo era muito diferente da forma anterior conhecida por Lênin. Pois no tempo de Lênin pelo menos meia dúzia de significativos poderes imperialistas estava competindo pelas recompensas de suas conquistas reais ou esperadas. E mesmo na década de 1930, Hitler ainda estava disposto a partilhar os frutos do imperialismo violentamente redefinido com o Japão e a Itália de Mussolini. Ao contrário, em nosso

tempo, temos que enfrentar a realidade – e os perigos letais – decorrentes do *imperialismo hegemônico global*, com os Estados Unidos como sua potência esmagadoramente dominante.⁹ Em contraste com Hitler, os Estados Unidos como *hegemon único* recusam-se a partilhar a dominação global com qualquer rival. E não se trata apenas de uma questão de contingências político-militares. Os problemas são muito mais profundos. Eles derivam das contradições permanentemente agravadas pelo aprofundamento da *crise estrutural* do sistema do capital. O imperialismo hegemônico global dominado pelos Estados Unidos é uma tentativa – em última instância fútil – de inventar uma solução para esta crise através do mais brutal e violento domínio sobre o resto do mundo, reforçado com ou sem a ajuda de “aliados servis”, agora através de uma sucessão de guerras genocidas. Desde a década de 1970 os Estados Unidos vem afundando, cada vez mais profundamente, num *endividamento catastrófico*. A solução fantasiosa proclamada publicamente por diversos presidentes dos EUA era “*crecer para superar isto*”. Porém, o resultado foi diametralmente oposto, na forma do endividamento astronômico e ainda crescente. Em consequência, os Estados Unidos devem apoderar para si próprios, por todos os meios disponíveis, incluindo a mais violenta agressão militar, sempre que necessária para tal propósito, de tudo o que puder, através da transferência dos frutos do crescimento capitalista de toda parte do mundo, graças à sua dominação socioeconômica global e político-militar. Será que alguma pessoa em sã consciência poderia então imaginar, não importa quão blindada esteja pelo menosprezo do “mito da igualdade”, que o imperialismo hegemônico global dominado pelos EUA consideraria seriamente, mesmo que por um momento, a panaceia do “não crescimento”? Somente o pior tipo de fé cega poderia sugerir tais ideias, não importando quão pretensiosamente empacotadas estejam nas hipócritas preocupações acerca da “Situação da Espécie Humana”.

Por muitas razões não pode haver dúvidas sobre a importância do crescimento, tanto no presente como no futuro. Mas tal afirmação exige o exame adequado do conceito de crescimento, não somente daquele conhecido no presente, mas também como este pode ser encarado em sua sustentabilidade futura. Nosso respaldo à necessidade de crescimento não pode ser favorável ao *crescimento não qualificado*. A questão real tendenciosamente evitada é: *que tipo de crescimento é plausível hoje*, em contraste com o crescimento capitalista perigosamente depredador e mesmo debilitante

⁹ Ver István Mészáros, *Socialism or Barbarism: From the “American Century” to the Crossroads* (Monthly Review Press, 2001).

visível ao nosso redor? Pois o crescimento também deve ser *positivamente sustentável* no futuro, numa base em *longo prazo*.

Como já mencionado, o crescimento capitalista é inevitavelmente dominado pelos limites inescapáveis da *quantificação fetichista*. O *desperdício* cada vez mais perdulário é um corolário necessário deste fetichismo, visto que não pode haver nenhum critério – nem nenhuma *medida* viável – através de cuja observância o desperdício possa ser corrigido. A *quantificação* mais ou menos arbitrária estabelece o contexto, criando ao mesmo tempo a ilusão de que, uma vez asseguradas as quantidades requeridas para os mais poderosos, já não haveria mais problemas significativos. Contudo, a verdade sobre esta questão, é que a *quantificação* auto-orientada, na realidade, não pode ser inteiramente mantida como uma forma de estratégia produtivamente viável sequer no curto prazo. Pois ela é parcial e míope (se não completamente cega), preocupada apenas com quantidades correspondentes aos *obstáculos imediatos* que impedem o cumprimento de determinada etapa produtiva, mas não com os necessariamente relacionados *limites estruturais* do próprio empreendimento socioeconômico, que – quer se saiba ou não – são os limites que em última instância decidem tudo. A confusão capitalisticamente necessária entre *limites estruturais* e *obstáculos* (que podem ser quantitativamente superados), a fim de ignorar os limites (já que estes correspondem a determinações insuperáveis da ordem social metabólica do capital), vicia a orientação de crescimento de todo o sistema produtivo. Viabilizar o crescimento exigiria aplicar-lhe considerações profundamente *qualitativas*. Mas isto é absolutamente impossibilitado pelo inquestionado e, inquestionável, *impulso autoexpansionista* desenfreado do capital, que é incompatível com a consideração *restritiva* da *qualidade* e dos *limites*.

A grande inovação do sistema do capital é que ele pode operar – *não dialeticamente* – através da dominação aniquiladora da *quantidade*: subsumindo *tudo*, inclusive o trabalho humano vivo (inseparável das qualidades da necessidade e do uso humanos), às *determinações quantitativas abstratas*, na forma de valor e de valor de troca. Então, tudo se torna vantajosamente equivalente e manejável por um determinado período de tempo. Este é o segredo – durante um longo tempo irresistível – do triunfo sócio-histórico do capital. Mas é também o arauto de sua insustentabilidade e necessária implosão final, logo que os limites do sistema estejam plenamente ativados, como deverá ocorrer progressivamente em nossa própria época histórica. É agora, em nosso tempo, que a dominação não dialética da qualidade pela quantidade torna-se perigosa e insustentável.

Por isto, em nosso tempo, é inconcebível ignorar a fundamental, mas sob o capitalismo necessariamente secundarizada, conexão inerente da *economia como economização* (que equivale a *administração responsável*). Chegamos agora a um ponto crítico na história, quando as personificações desejadas pelo sistema produtivo dominante fazem tudo ao seu alcance para eliminar a consciência desta conexão objetiva vital – optando pela destrutividade inegável, não somente pelo culto de práticas produtivas extremamente perdulárias, como também glorificando seu engajamento destrutivo letal em “guerras preventivas e antecipativas” sem limites.

A *qualidade*, pela sua própria natureza, é inseparável das *especificidades*. Consequentemente, um sistema social metabólico que respeita a qualidade – sobretudo das necessidades dos seres humanos vivos como sujeitos produtores – não pode ser regido hierarquicamente. Uma administração socioeconômica e cultural de tipo radicalmente diferente é exigida por uma sociedade operada com base em tal metabolismo reprodutivo qualitativamente diferente, brevemente sumarizado como *autoadministração*. A arregimentação era tanto factível quanto necessária à ordem social metabólica do capital. De fato, a estrutura de comando do capital não poderia funcionar de nenhum outro modo. A hierarquia estruturalmente assegurada e a arregimentação autoritária são as características definidoras da estrutura de comando do capital. A ordem alternativa é incompatível com a arregimentação e com o tipo de contabilidade – incluindo a estritamente quantitativa operação do *tempo de trabalho necessário* – que devem prevalecer no sistema do capital. Portanto, o *tipo de crescimento* necessário e factível na ordem social metabólica alternativa só pode ser baseado na *qualidade* diretamente correspondente às *necessidades humanas*: as necessidades reais e historicamente em desenvolvimento tanto da sociedade como um todo, quanto de seus indivíduos particulares.

Ao mesmo tempo, a alternativa à restritiva e fetichista contabilidade do *tempo de trabalho necessário*, só pode ser a liberação e emancipação do *tempo disponível*, conscientemente oferecido e administrado pelos próprios indivíduos sociais. Este tipo de controle social metabólico dos recursos materiais e humanos disponíveis – que pode realmente ser feito – respeitaria tanto os limites gerais decorrentes do princípio orientador da economia como economização; como, ao mesmo tempo, expandiria conscientemente estes limites e necessidades qualitativos conforme permitissem com segurança as condições históricas em desenvolvimento. Apesar de tudo, não deveríamos esquecer que “o primeiro ato histórico foi a criação de uma nova necessidade” (Marx).

Só o modo descuidado do capital de tratar a economia – não como economização racional, mas como a mais irresponsável legitimação do desperdício ilimitado – é o que *perverte totalmente* este processo histórico, ao substituir a rica diversidade das necessidades humanas pela única e alienante necessidade real de autoreprodução ampliada a todo custo, ameaçando, assim, pôr fim à própria história humana.

4

Não é possível introduzir na estrutura operacional do capital nem mesmo *correções parciais*, se estas são genuinamente orientadas para a qualidade. Pois as únicas qualidades relevantes a este respeito não são algumas características físicas abstratas, mas as *qualidades humanamente significativas inseparáveis das necessidades*. Naturalmente, como assinalado anteriormente, é verdade que tais características são sempre específicas, correspondendo a necessidades humanas particulares claramente identificáveis, tanto dos próprios indivíduos, como de suas historicamente dadas e cambiantes relações sociais. Consequentemente, na sua especificidade multilateral elas constituem um *conjunto coerente e bem definido* de determinações sistêmicas invioláveis, com seus próprios *limites sistêmicos*. É precisamente a existência destes limites sistêmicos – muito distante de abstratos – que impossibilita transferir qualquer determinação operacional e princípios orientadores significativos da ordem social metabólica alternativa considerada para o sistema do capital. Os dois sistemas são radicalmente excludentes entre si. Pois na ordem alternativa as qualidades específicas correspondentes às necessidades humanas trazem consigo as marcas indeléveis de suas determinações sistêmicas gerais como partes integrais de um sistema de controle reprodutivo social humanamente válido. Ao contrário, no sistema do capital, as determinações gerais devem ser inalteravelmente *abstratas*, porque a *relação de valor* do capital deve reduzir todas as qualidades (correspondentes às necessidades e ao uso) a quantidades genéricas mensuráveis, para afirmar sua dominação histórica alienante sobre tudo, no interesse da expansão do capital, independente das consequências.

As incompatibilidades dos dois sistemas tornam-se perfeitamente claras quando consideramos o seu relacionamento com o problema dos *próprios limites*. O único *crescimento* sustentável promovido positivamente sob o controle social metabólico alternativo é baseado na *aceitação consciente dos limites*, cuja violação ameaçaria a realização dos objetivos reprodutivos – e humanamente válidos – escolhidos. Portanto,

o *desperdício* e a *destrutividade* (como conceitos limitantes claramente identificados) estão *absolutamente excluídos* pelas próprias determinações sistêmicas conscientemente aceitas, adotadas pelos indivíduos sociais como princípios orientadores vitais. Em contraste, o sistema do capital é caracterizado, e fatalmente orientado – consciente ou inconscientemente – pela *rejeição de todos os limites, incluindo seus próprios limites sistêmicos*. Mesmo estes últimos são arbitrariamente e perigosamente tratados como se fossem nada mais do que *obstáculos contingentes* sempre superáveis. Portanto, tudo neste sistema social reprodutivo aponta para a potencialidade – e em nossa época histórica, também para a possibilidade avassaladoramente grave – da *destruição total*.

Naturalmente, este relacionamento mutuamente excludente na questão dos limites prevalece também no outro caminho. Assim, não pode haver “corretivos parciais” emprestados do sistema do capital ao criar e fortalecer a ordem social metabólica alternativa. As incompatibilidades parciais – para não mencionar as incompatibilidades gerais – dos dois sistemas decorrem da *incompatibilidade radical de sua dimensão de valor*. Como mencionado acima, isto é assim porque as determinações particulares de valor e as relações da ordem alternativa não poderiam ser transferidas para a estrutura metabólica social do capital com o propósito de melhorá-lo, como postulado por algumas concepções reformistas absolutamente irreais, apregoadas à metodologia vazia do “pouco a pouco”. Pois mesmo as menores relações parciais do sistema alternativo estão *profundamente embebidas nas determinações gerais de valor* de uma estrutura completa de necessidades humanas cujo axioma elementar inviolável é a radical exclusão do *desperdício e da destruição*, de acordo com a sua *natureza intrínseca*.

Ao mesmo tempo, por outro lado, nenhum “corretivo” parcial pode ser transferido da estrutura operacional do capital para uma ordem genuinamente socialista, como o desastroso fracasso da aventura do “mercado socialista” de Gorbachov dolorosa e conclusivamente demonstrou. Pois também a este respeito seremos sempre confrontados pela incompatibilidade radical de determinação de valor, mesmo se neste caso o valor envolvido seja o *contravalor* destrutivo, correspondendo aos limites finais – necessariamente ignorados – do próprio sistema do capital. Os limites sistêmicos do capital são perfeitamente compatíveis com o desperdício e a destruição. Pois tais considerações normativas só podem ser *secundárias* para o capital, enquanto determinações mais fundamentais prevalecem sobre estas preocupações. É por este motivo que a *indiferença ao desperdício e à destruição* presentes na origem do capital (nunca uma postura mais positiva que a indiferença) transforma-se na sua promoção

mais ativa quando as condições exigem estas mudanças. De fato, o desperdício e a destruição devem ser buscados implacavelmente neste sistema, em subordinação direta ao *imperativo de expansão do capital*, que é o determinante sistêmico dominante. Ainda mais quando suplantada a fase historicamente ascendente de desenvolvimento do sistema do capital. E ninguém deveria enganar-se pelo fato de que frequentemente a afirmação preponderante do *contravalor* seja dissimulada e racionalizada como “*neutralidade de valor*” pelos celebrados ideólogos do capital.

Portanto, é difícil entender como na época da malfadada “perestroika” de Gorbatchov, seu “ideólogo-chefe” (designado oficialmente por este nome) pudesse afirmar seriamente que o mercado capitalista e suas relações mercantis constituíam a personificação instrumental de “valores humanos universais” e um dos “maiores avanços da civilização humana”, acrescentando a estas grotescas afirmações capitulatórias, que o mercado capitalista era mesmo “*a garantia da renovação do socialismo*”.¹⁰ Estes teóricos dedicavam-se a falar sobre a adoção do “mecanismo de mercado”, quando o mercado capitalista era *tudo* menos um adaptável “*mecanismo*” neutro. Ele é, de fato, *incuravelmente carregado de valor*, e deve permanecer sempre assim. Neste tipo de concepção – curiosamente partilhada pelo “chefe da ideologia socialista” de Gorbatchov (e por outros) como os Friedrich Von Hayeks da vida, que denunciam violentamente qualquer ideia de socialismo como “*O caminho para a servidão*” (*The Road to Serfdom*)¹¹ – a *troca* em geral era arbitrariamente e anti-historicamente equiparada com a *troca capitalista*, e a realidade cada vez mais destrutiva do *mercado capitalista* com um fictício “*mercado*” benevolente em geral. Assim, quer percebessem ou não, eles acabaram capitulando ao idealizar os imperativos de um implacável sistema de necessária *dominação de mercado* (em última instância, inseparável das devastações do imperialismo) exigido pelas determinações intrínsecas da ordem social metabólica do capital. A adoção desta posição capitulatória foi igualmente expressa, porém, de modo ainda mais danoso, no documento de reforma de Gorbatchov, no qual insistiu que

Não há alternativas ao mercado. Somente o mercado pode assegurar a satisfação das necessidades das pessoas, a distribuição justa da

¹⁰ Vadim Medvedev, “The Ideology of Perestroika”, in *Perestroika Annual 2*, Abel Aganbegyan (ed.) (London: Futura/Macdonald, 1989), 31-32.

¹¹ O título do livro mais famoso da cruzada de Hayek.

riqueza, *direitos sociais* e o fortalecimento *da liberdade e da democracia*. O mercado permitiria à economia soviética ligar-se *organicamente* a economia mundial e fornecer aos nossos cidadãos o acesso a todas as aquisições da *civilização mundial*.¹²

Naturalmente, dada a irrealidade completa do ilusório “não há alternativas” de Gorbatchov, e da expectativa na generosa oferta “ao povo” de todas aquelas maravilhosas supostas realizações e benefícios, em todos os domínios, do mercado capitalista global, esta aventura só poderia terminar, de forma humilhante, na mais completa implosão do sistema de tipo soviético.

5

Não é de modo algum acidental ou surpreendente que a proposição do “*não há alternativa*” ocupe um lugar tão proeminente nas concepções políticas e socioeconômicas formuladas do ponto de vista do capital. Nem mesmo os maiores pensadores da burguesia – como Adam Smith e Hegel – foram exceções quanto a isto. Pois é absolutamente verdadeiro que a ordem burguesa, ou afirma-se com sucesso na forma da *expansão dinâmica do capital*, ou está condenada ao fracasso final. Realmente, do ponto de vista do capital, não pode haver *nenhuma alternativa concebível* à expansão infinita, determinando assim a visão de todos aqueles que a adotam. Mas a adoção deste ponto de vista também significa que a questão de “qual preço deve ser pago” pela expansão incontrolável do capital para além de certo ponto no tempo – uma vez que a fase ascendente de desenvolvimento do sistema tenha sido superada – não pode ser realmente considerada. Portanto, a violação do *tempo histórico* é a consequência necessária da adoção do ponto de vista do capital pela internalização dos imperativos expansionistas do sistema como seu mais fundamental e absolutamente inalterável determinante. Mesmo nas concepções dos maiores pensadores burgueses esta posição deve prevalecer. Não pode haver futura ordem social alternativa cujas características definidoras sejam significativamente diferentes daquelas já estabelecidas. É por isto que mesmo Hegel, que de longe formulou a mais profunda concepção histórica de sua época, deve também arbitrariamente pôr um fim à história no inalterável

¹² Gorbatchov citado em John Rettie, “Only Market Can Save Soviet Economy”, *The Guardian*, October 17, 1990.

presente capitalista, idealizando o Estado-nação capitalista¹³ como o clímax insuperável de todo o desenvolvimento histórico concebível, apesar de sua aguda percepção das implicações destrutivas do sistema de Estados-nação como um todo.

Assim, no pensamento burguês não pode haver alternativa à decretação do pernicioso dogma do “*não há alternativa*”. Mas é totalmente absurdo para os socialistas adotar a posição da expansão infinita (e, por sua natureza, incontrolável) do capital. Pois a idealização corolária do “consumo” – novamente, caracteristicamente não qualificado – ignora a verdade elementar, que do ponto de vista acrítico favorável à autoexpansão do capital, não pode haver *nenhuma diferença entre destruição e consumo*. Uma é tão boa quanto o outro para o propósito exigido. Isto ocorre porque na relação capital, a transação comercial – mesmo aquela de tipo mais destrutivo, personificada nos produtos do complexo industrial-militar e no seu uso nas guerras desumanas – completa de forma exitosa o ciclo de autoreprodução ampliada do capital, permitindo iniciar um novo ciclo. Esta é a única coisa que realmente importa ao capital, independente de quão insustentáveis possam ser as consequências. Consequentemente, quando os socialistas internalizam os imperativos de expansão do capital como a base necessária do crescimento pretendido, eles não aceitam simplesmente um princípio isolado, mas um “*pacote fechado*” completo. Conscientemente ou não, eles aceitam ao mesmo tempo todas as *falsas alternativas* – como crescimento e não crescimento – derivadas da defesa acrítica da necessária expansão do capital.

A falsa alternativa do *não crescimento* deve ser rejeitada por nós não só porque a sua adoção perpetuaria a mais horrenda miséria e desigualdade que domina o mundo hoje, junto com as inseparáveis lutas e destrutividade que as acompanham. A negação radical desta abordagem só pode ser um ponto de partida necessário. A dimensão inerentemente *positiva* de nossa visão envolve a redefinição fundamental da *própria riqueza* tal como a conhecemos. Sob a ordem social metabólica do capital somos confrontados pelo *domínio alienante da riqueza sobre a sociedade*, afetando diretamente cada aspecto da vida, desde o estritamente econômico até os domínios culturais e espirituais. Consequentemente, não podemos sair do círculo vicioso do capital, com todas as suas determinações em última instância destrutivas e falsas alternativas, sem reverter completamente este relacionamento vital. Isto é, sem *fazer a*

¹³ Para citar um dos postulados idealistas de Hegel: “O Estado-nação é espírito em sua racionalidade substantiva e realidade imediata e é portanto o *poder absoluto* sobre a terra”. G. W. Hegel, *The Philosophy of Right* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), 212.

sociedade – a sociedade de indivíduos livremente associados – governar sobre a riqueza, redefinindo juntamente também a sua relação com o *tempo* e com o tipo de *utilização* que é dada aos produtos do trabalho humano. Como já escrevera Marx numa de suas primeiras obras:

Numa sociedade futura, na qual os antagonismos de classe terão desaparecido e na qual não haverá mais classes, o consumo [a utilização] não será mais determinado pelo *tempo mínimo de produção*; mas o tempo dedicado à produção de um artigo será determinado pelo *grau de sua utilidade social*.¹⁴

Isto significa uma ruptura irreversível com a visão da riqueza como uma entidade material fetichista que ignora os *indivíduos reais* que são os criadores da riqueza. Naturalmente, o capital – em sua falsa pretensão de ser idêntico à riqueza, como “criador e personificação da riqueza” – deve ignorar os indivíduos, a serviço da autolegitimação de seu próprio controle social metabólico. Desta forma, ao usurpar o papel da riqueza real e subverter a utilização potencial de sua possível alocação, o capital é o *inimigo do tempo histórico*. Isto é o que deve ser corrigido em benefício da própria sobrevivência humana. Então, todos os constituintes dos relacionamentos em desenvolvimento entre os indivíduos reais historicamente autodeterminados, juntamente com a riqueza que eles criam e alocam positivamente através da única modalidade de tempo viável – o *tempo disponível* – devem ser reunidos numa estrutura social metabólica qualitativamente diferente. Para utilizar as palavras de Marx:

A *riqueza real* é o desenvolvimento do poder produtivo de todos os indivíduos. A medida da riqueza já não é, de modo algum, tempo de trabalho, mas, ao contrário disso, *tempo disponível*. O tempo de trabalho como medida do valor coloca a própria riqueza como fundada sobre a pobreza, e o tempo disponível como existindo na e em decorrência da antítese com o tempo de trabalho excedente; ou, coloca todo o tempo de um indivíduo como tempo de trabalho, e,

¹⁴ Marx, *The Poverty of Philosophy*, in *Marx-Engels Collected Works*, vol. 6, 134.

consequentemente, sua *degradação* como mero trabalhador, *subsumindo-o no trabalho*.¹⁵

O *tempo disponível* é o *tempo histórico real dos indivíduos*. Ao contrário, o tempo de trabalho necessário, exigido para o funcionamento do modo de controle metabólico social do capital é *anti-histórico*, negando aos indivíduos o único meio pelo qual eles podem afirmar-se e realizar-se como *sujeitos históricos reais* no controle de sua própria atividade vital. Na forma do tempo de trabalho necessário do capital os indivíduos estão subjugados ao tempo exercido como *juiz tirânico e medida degradante*, sem nenhuma corte de apelação, ao invés de serem julgados e avaliados por si próprios com base nos critérios qualitativos humanos “das *necessidades* dos indivíduos sociais”.¹⁶ O tempo anti-histórico e perversamente autoabsolutizante do capital sobrepõe-se assim à vida humana como um *determinante* fetichista que reduz o trabalho vivo a “carcaça de tempo”, como discutido em outro lugar, em relação “*A Necessidade de Planejamento*” (*The Necessity of Planning*). Então, o desafio histórico é avançar em direção à ordem social metabólica alternativa, afastando-se do domínio do tempo congelado do capital como *determinante alienante*, para tornar-se livremente *determinado* pelos próprios indivíduos sociais, que dedicam conscientemente os seus recursos de *tempo disponível* à realização de seus objetivos escolhidos, incomparavelmente mais ricos do que aqueles que poderiam ser lhes extorquidos através da tirania do tempo de trabalho necessário. Esta é uma diferença absolutamente vital. Pois somente os indivíduos sociais podem realmente determinar o seu *tempo disponível*, em contraste direto com o tempo de trabalho necessário que os dominam. A adoção do tempo disponível é a única forma concebível e justa pela qual o tempo pode ser transformado de *determinante tirânico* em constituinte autonomamente e criativamente *determinado* do processo de reprodução.

6

Este desafio envolve necessariamente a supressão da divisão social do trabalho hierárquica imposta estruturalmente. Pois, enquanto o tempo dominar a sociedade, na forma do imperativo de extração de trabalho excedente de sua esmagadora maioria, o pessoal responsável por este processo deve levar uma forma de existência substancialmente diferente, em conformidade com sua função como *executores*

¹⁵ Karl Marx, *Grundrisse*, 708.

¹⁶ *Ibidem*.

satisfeitos do imperativo do tempo alienante. Ao mesmo tempo, a esmagadora maioria dos indivíduos é “*degrada a meros trabalhadores, subsumidos pelo trabalho*”. Sob tais condições, o processo de reprodução social deve afundar cada vez mais profundamente na *crise estrutural*, com as perigosas implicações finais de um caminho sem retorno possível.

O pesadelo do “estado estacionário” permanece um pesadelo mesmo que alguém tente aliviá-lo, como proposto por John Stuart Mill, através do ilusório remédio da “melhor distribuição”, tomada isoladamente. Pois não pode haver tal coisa como “melhor distribuição” sem uma reestruturação radical do próprio *processo de produção*. A alternativa socialista hegemônica ao domínio do capital exige fundamentalmente a superação da *dialética truncada* no inter-relacionamento vital de *produção, distribuição e consumo*. Pois sem isto, é inconcebível o objetivo socialista de transformar o trabalho na “primeira necessidade vital”. Para citar Marx:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: *De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades*.¹⁷

Estes são os *objetivos globais* da transformação socialista que, simultaneamente, fornecem o *compasso* para a jornada e também a *medida* para os avanços alcançados (ou que deixem de ser alcançados) ao longo do caminho. Dentro desta visão de alternativa hegemônica à ordem social reprodutiva do capital não pode haver espaço para algo como “estado estacionário”, nem para nenhuma falsa alternativa associada ou derivada dele. “O desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos”, exercendo conscientemente os recursos plenos de seu *tempo disponível*, dentro da

¹⁷ Karl Marx, *Critique of Gotha Programme*, in Marx and Engels, Selected Works, vol. 2, 23.

estrutura do novo controle social metabólico orientado para a produção da “riqueza cooperativa”, providenciará a base de uma contabilidade *qualitativamente* diferente: a necessária *contabilidade socialista*, definida pelas necessidades humanas e diametralmente oposta à quantificação fetichista e ao concomitante desperdício inevitável.

Decorre disto a importância vital de um *crescimento de tipo sustentável* que possa ser reconhecido e administrado com êxito na estrutura social metabólica alternativa. Este controle metabólico da ordem social alternativa seria aquele em que a antítese entre trabalho físico e mental – sempre vital na manutenção da dominação absoluta sobre o trabalho pelo capital, como o usurpador da função de controle do sujeito histórico – deveria desaparecer para sempre. Conseqüentemente, a própria produtividade, conscientemente perseguida, poderia ser elevada a um *nível qualitativamente superior*, sem qualquer risco de *desperdício* incontrolável, trazendo avanço genuíno – e não meramente orientado para o lucro material – à *riqueza* da qual os “ricos indivíduos sociais” (Marx), como sujeitos históricos autônomos (e ricos precisamente neste sentido), estão no controle pleno.

No “estado estacionário”, em contraste, os indivíduos não podem ser sujeitos históricos genuínos. Pois eles não teriam o controle de suas próprias vidas, em função de estarem à mercê do pior tipo de determinações materiais, diretamente sob o domínio da *escassez irremediável*.

O desperdício sempre crescente – e catastrófico, em suas implicações finais – é inseparável, no sistema do capital, da forma irresponsável em que bens e serviços são *utilizados*, a favor da expansão lucrativa do capital. Perversamente, quanto mais baixa a sua taxa de utilização, maior é o alcance da substituição lucrativa – absurdo que decorre da alienada perspectiva do capital que é incapaz de uma distinção significativa entre *consumo* e *destruição*. Pois a *destruição* totalmente perdulária, da mesma forma que o consumo genuíno correspondente à utilização, podem ambos deflagrar e atender, da mesma maneira, à demanda exigida pela autoexpansão do capital para um novo ciclo lucrativo de produção. Entretanto, o momento da verdade chega, quando um alto preço deve ser pago pela administração criminosamente irresponsável do capital, no curso do desenvolvimento histórico. É neste momento que a adoção de uma *taxa de utilização* cada vez melhor e incomparavelmente mais responsável de bens e serviços produzidos – e, de fato, conscientemente produzidos, tendo em vista aquele objetivo vinculado às necessidades e usos qualitativamente humanos – torna-se um imperativo absolutamente

vital. Pois *a única economia viável* – aquela que economiza de maneira significativa, sendo assim, sustentável, no futuro próximo e mais distante – só pode ser o tipo de economia racionalmente administrada e orientada pela *utilização otimizada* dos bens e serviços produzidos. Não pode haver nenhum *crescimento de tipo sustentável* fora destes parâmetros de administração racional orientada pelas necessidades humanas genuínas.

Para citar um exemplo crucialmente importante do que está incuravelmente errado a este respeito sob o domínio do capital, deveríamos pensar na forma em que o crescente número de automóveis é utilizado em nossas sociedades. Os recursos dissipados na produção e abastecimento dos automóveis são imensos sob o “capitalismo avançado”, representando a segunda despesa mais elevada – perdendo apenas para os compromissos hipotecários – das famílias. Contudo, de forma absurda, a taxa de utilização dos automóveis é inferior a *um por cento (1%)*, justificada espuriamente pelos *direitos exclusivos de posse* conferidos aos seus compradores. Ao mesmo tempo, as alternativas reais perfeitamente praticáveis não são simplesmente negligenciadas, mas ativamente sabotadas pelos investimentos massivos de corporações semimonopolistas. Enquanto a simples verdade é que os indivíduos *carecem* (e não são supridos, apesar da pesada carga tributária imposta a eles) de *serviços de transporte* adequados, e não de mercadorias de posse privada, economicamente perdulárias e ambientalmente danosas que, além disto, os rouba incontáveis horas de vida em *congestionamentos* insalubres.

Evidentemente, a *alternativa real* seria desenvolver o *transporte público* a um nível qualitativamente superior, satisfazendo os necessários critérios econômicos, ambientais e de saúde pessoal, no contexto de um projeto racionalmente orientado. E, ao mesmo tempo, confinar o uso de automóveis – de propriedade coletiva e distribuídos adequadamente, não mais com base na posse exclusiva/perdulária. Assim, as próprias necessidades dos indivíduos – neste caso, a sua necessidade genuína de *serviços de transporte adequados* – determinaria as funções dos veículos e da infraestrutura de comunicação (como estradas, redes ferroviárias e sistemas de navegação) a ser construída e mantida, de acordo com o princípio de otimização da utilização, ao invés dos indivíduos serem dominados completamente pela necessidade fetichista do sistema estabelecido de lucrativa, mas definitivamente destrutiva, expansão do capital.

A questão inevitável, mas tendenciosamente evitada até o presente, da *economia real*, correspondendo às considerações apresentadas neste artigo, deve ser enfrentada num futuro muito próximo. Pois nos países do denominado Terceiro Mundo é

impossível seguir o padrão de “desenvolvimento” perdulário do passado, que de fato condenou-os a suas precárias condições atuais, sob o domínio do modo de reprodução social metabólico do capital. O fracasso clamoroso das difundidas “teorias da modernização” e de suas correspondentes personificações institucionais demonstrou claramente a inutilidade deste enfoque.

7

Quanto a isto, pelo menos sob certo aspecto, vimos soar o alarme no passado recente – de modo característico, pressionando ao mesmo tempo pela afirmação e preservação absoluta dos privilégios dos países capitalistas dominantes. A preocupação é com a crescente demanda por *fontes energéticas* e com a intervenção competitiva de algumas grandes potências econômicas, sobretudo a China, no processo em curso. Hoje esta preocupação concerne primariamente à China, mas, naturalmente, com o passar do tempo, a Índia será incluída nesta lista de grandes países que inevitavelmente pressionarão por recursos energéticos vitais. E quando acrescentamos à China a população do subcontinente indiano, estamos falando de mais de *dois bilhões e meio de pessoas*. Naturalmente, se elas realmente seguissem a outrora grotescamente propagandeada prescrição de *The Stages of Economic Growth*,¹⁸ com sua grosseira defesa do “crescimento capitalista que conduz à maturidade”, as consequências para todos seriam devastadoras. Pois a sociedade integralmente motorizada de dois bilhões e meio de pessoas, com base no modelo norte-americano de “desenvolvimento capitalista avançado”, com mais de 700 automóveis para cada 1000 pessoas, significaria que estaríamos todos mortos antes que os benefícios globais “modernizantes” da poluição venenosa se propagassem, sem mencionar o esgotamento completo das reservas petrolíferas do planeta num átimo de tempo. Mas pelo mesmo sinal, num sentido oposto, ninguém poderia imaginar seriamente que estes países em questão pudessem ser relegados indefinidamente à condição em que se encontram atualmente. Imaginar que dois bilhões e meio de pessoas da China e do subcontinente indiano pudessem ser permanentemente condenadas às aflitivas condições em que se encontram, ainda mais, se submetidas a uma grande dependência da parte capitalista avançada do mundo, desafia toda a credulidade. A questão decisiva é saber se a humanidade pode encontrar uma solução racionalmente viável e verdadeiramente justa às demandas legítimas de

¹⁸ Ver Walt Rostow, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (Cambridge: Cambridge University Press, 1960).

desenvolvimento econômico e social dos povos envolvidos. Do contrário, a competição hostil e a luta destrutiva serão o caminho do futuro, como princípios operacionais e estrutura de orientação adequada ao modo de controle social reprodutivo do capital.

Outro aspecto pelo qual o imperativo absoluto de adotar um modo qualitativamente diferente de organizar a vida econômica e social surgiu no horizonte de nosso tempo através da *ecologia*. Porém, novamente, o único meio viável de enfrentar os problemas crescentemente graves de nossa ecologia global – se quisermos enfrentar de modo responsável o agravamento dos problemas e contradições de nosso lar planetário, desde o impacto direto sobre questões vitais como o aquecimento global até demandas elementares por fontes de água limpa e ar respirável – é mudar da ordem existente de quantificação fetichista da administração perdulária para uma genuína ordem *qualitativamente orientada*. A ecologia, quanto a isto, é um aspecto importante, mas subordinado, da necessária *redefinição qualitativa* da utilização dos bens e serviços produzidos, sem a qual a defesa de uma ecologia permanentemente sustentável para a humanidade – um dever absoluto – não pode ser mais do que uma vã esperança.

O ponto final a enfatizar neste contexto é que a urgência de enfrentar estes problemas não pode ser subestimada, muito menos minimizada, dados os interesses do capital, sustentados pelas formações de Estados imperialistas dominantes em sua insuperável rivalidade entre si. Ironicamente, embora haja tanta conversa fiada sobre “globalização”, as exigências objetivas de criação de uma ordem reprodutiva de intercâmbios sociais racionalmente sustentável e globalmente coordenada são constantemente violadas. Contudo, dado o presente estágio de desenvolvimento histórico, permanece a verdade irremediável de que em relação a todas as grandes questões discutidas neste artigo, estamos realmente preocupados com o crescente agravamento dos *desafios globais*, a exigirem *soluções globais*. Entretanto, nossa preocupação mais grave é que o modo de reprodução social metabólico do capital – em vista de suas determinações estruturais inerentemente antagônicas e de suas manifestações destrutivas – não é nada receptivo a soluções globais viáveis. O capital, dada a sua natureza inalterável, nada é a menos que possa prevalecer na forma de *dominação estrutural*. Mas a outra dimensão inseparável da dominação estrutural é a *subordinação estrutural*. Esta é a forma pela qual o modo de reprodução social metabólico do capital sempre funcionou e sempre tentará funcionar, acarretando mesmo as mais devastadoras guerras, das quais tivemos muito mais do que uma amostra em nossa época. A afirmação violenta dos imperativos destrutivos do imperialismo

hegemônico global, através do outrora inimaginável poder destrutivo dos Estados Unidos como *hegemon* global, não pode fornecer *soluções globais* aos nossos problemas crescentemente graves, mas apenas o *desastre global*. Assim, a necessidade inevitável de corrigir estes problemas globais de um modo historicamente sustentável coloca na ordem do dia o desafio do socialismo no século XXI – a única alternativa hegemônica viável ao modo de controle social metabólico do capital.

Recebido em 02 de março de 2013

Aprovado em 30 de abril de 2013